

# PREGÃO ELETRÔNICO

SRP 90077/2025

## CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL (154052)

## OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 535.045,40 (quinhentos e trinta e cinco mil quarenta e cinco reais e quarenta centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/08/2025 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

<b>1. DO OBJETO</b>	<b>4</b>
<b>2. DO REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>4</b>
<b>3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO</b>	<b>7</b>
<b>5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</b>	<b>11</b>
<b>7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</b>	<b>12</b>
<b>8. DA FASE DE JULGAMENTO</b>	<b>17</b>
<b>9. DA FASE DE HABILITAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>10. DO TERMO DE CONTRATO</b>	<b>22</b>
<b>11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>23</b>
<b>12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA</b>	<b>24</b>
<b>13. DOS RECURSOS</b>	<b>25</b>
<b>14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</b>	<b>26</b>
<b>15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</b>	<b>29</b>
<b>16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>30</b>
<b>16.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:</b>	<b>31</b>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90077/2025**  
(Processo Administrativo nº 23114.908353/2025-34)

Torna-se público que o(a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL**, por meio do Serviço de Materiais, sediado(a) Rod. LMG 818, KM 06, S/N, bairro Campus Universitário, na cidade de Florestal/MG, CEP 35690-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**UASG Contratante: 154052**

**E-mail: [sermat@ufv.br](mailto:sermat@ufv.br)**

**Data da Sessão Pública: 13/08/2025**

**Hora Inicial : 09:00**

**Critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM**

**Link: Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)**

**1. DO OBJETO**

1.0. O objeto da presente licitação é registro de preços para eventual aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.0. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.0. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
  - 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

- 3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 3.8.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 3.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13. O disposto nos itens 3.8.5 e 3.8.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.0. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.0. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.0.1 e 9.12.1 deste Edital.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.0. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.0.1. valor unitário (Obrigatório informar )**

**6.0.2. marca/ fabricante (Obrigatório informar);**

6.0.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.

- 6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.1.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.4.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.0. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$0,01 (um centavo de real).
- 7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado **ABERTO E FECHADO**.
- 7.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 7.10.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
  - 7.10.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

- 7.10.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação

automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
  - 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 7.21.2. empresas brasileiras;
  - 7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou via e-mail (sermat@ufv.br), antes de findo o prazo.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.0.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.0.1. SICAF;

8.0.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.



8.1. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
  - 8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
  - 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.0. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.0.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou via digital.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

- 9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

- 10.0. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

- 10.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
  - 10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
  - 10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.4. Os prazos dos itens 10.1 e 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
  - 10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 11.0. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
  - 11.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - 11.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 11.7.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 12.0. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - 12.0.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 12.0.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.2.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.2.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.3.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.3.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.0. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 13.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.2.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.2.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sermat.caf.ufv.br/pregoesagendados/>.

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 14.0. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 14.0.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
  - 14.0.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 14.0.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.0.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.0.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.0.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.0.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.0.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.0.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.0.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.0.6. fraudar a licitação;
- 14.0.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.0.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.0.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.0.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.0.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.0.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 14.1.1. advertência;
  - 14.1.2. multa;
  - 14.1.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 14.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 14.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 14.2.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 14.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 14.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 14.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.3. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.3.1. Para as infrações previstas nos itens 14.0.1, 14.0.2 e 14.0.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 14.3.2. Para as infrações previstas nos itens 14.0.4, 14.0.5, 14.0.6, 14.0.7, 14.0.8 e 14.0.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.0.1, 14.0.2, 14.0.3 e 14.0.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.0.5, 14.0.6, 14.0.7, 14.0.8 e 14.0.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.0.1, 14.0.2 e 14.0.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.0.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de

proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- 14.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
  - 14.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 15.0. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.


- 15.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [sermat@ufv.br](mailto:sermat@ufv.br).
- 15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.0. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 16.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico o <https://sermat.caf.ufv.br/pregoesagendados/>.
- 16.10. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- 16.10.1. Anexo I - Termo de Referência;
    - 16.10.1.1. Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo;
    - 16.10.1.2. Anexo I do Termo de Referência –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
    - 16.10.1.3. Anexo II do Termo de Referência – Termo de Ciência e concordância;
    - 16.10.1.4. Anexo III do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;
  - 16.10.2. Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta
  - 16.10.3. Anexo III - Termo de declaração Concordância e Veracidade
  - 16.10.4. Anexo III– Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 16.10.5. Anexo IV– Minuta de Termo de Contrato.

Florestal, 30 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIA AUXILIADORA DE LIMA**  
Data: 30/07/2025 13:25:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Comissão Permanente de Licitação  
Ato no 89/2023/CAF, de 19/10/2023  
Serviço de Material  
Campus UFV- Florestal

# Termo de Referência 25/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	154052-UFV - CAMPUS FLORESTAL	MARCIA AUXILIADORA DE LIMA	30/07/2025 11:04 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23114.908353/2025-34

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal, nos termos do Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. As especificações técnicas complementares dos itens encontram-se no Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo;
- 1.2.1 Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código CATMAT/SERPRO e a descrição detalhada do Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo, prevalece a deste último.
- 1.3. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador encontram-se no Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, Anexo III deste Termo de Referência.
- 1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.8 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e estimativa de Consumo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.9. Para todos os itens a participação deverá ser exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, uma vez que o valor de compra não ultrapassa os R\$ 80.000,00 previstos como base e que existe muitos fornecedores enquadrados capazes de atender este fornecimento.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento no Estudo Técnico Preliminar, Anexo III do Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação somente será admitida a indicação das marcas(s), característica(s) ou modelo(s), como parâmetro de referência para melhor compreensão do objeto, como parâmetro de qualidade, nos casos de padronização ou compatibilidade com outras plataformas ou padrões adotados pela Administração, sempre de acordo com as justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, Anexo III deste Termo de Referência

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, NÃO será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, CAMPUS FLORESTAL (UASG 154052) - Almoxarifado do Campus UFV - Florestal, situado na Rod. LMG 818, KM 06, S/N – Campus Universitário, CEP: 35.690-000, na cidade de Florestal – MG.

5.3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.



Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Para os bens considerados permanentes (bens de consumo duráveis), o prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) a 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, pois pela caracterização do objeto como comum, simples de serem adquiridos no mercado, não se demonstrou nos autos que a antecipação do pagamento é, alternativamente viável, ou condição indispensável para a obtenção do bem, ou que propicie sensível economia de recursos (art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/06/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo anexo ao edital.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 535.045,40 (quinhentos e trinta e cinco mil quarenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na Apêndice I do Termo de referência - Especificações gerais e estimativas de consumo;

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1 Apêndice I do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

12.2.2 Anexo I do Termo de Referência –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

12.2.3 Anexo II do Termo de Referência – Termo de Ciência e concordância;

Florestal, 30 de julho de 2025.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregado;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.19 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Viçosa, Seção Judiciária de Viçosa para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº.xxxx/2025 bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO JOSE SILVEIRA DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/07/2025 às 11:04:42.

**ROGERIO DUARTE TORRES**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/07/2025 às 10:26:35.



**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
1	416542	Arame Solda Material Indicado: Aço Carbono Processo Soldagem: Mig/Mag Diâmetro: 0.80 MM Características Adicionais: Aws A5.18/79, Classe Er-70s-6	BOBINA DE 15 KG, ATENDER AS NORMAS DO MERCADO	Bobina 15 kg	15	R\$ 273,19	R\$ 4.097,85	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	3	15
2	220522	Avental De Soldador Material: Couro Comprimento: 1,20 M Largura: 0,60 M Características Adicionais: Sem Emenda	Características Adicionais: com manga	UD	40	R\$ 88,89	R\$ 3.555,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	3	10
3	360384	Barra Chata Material: Aço Carbono Sae 1020 Bitola: 3/16 X 2 POL Comprimento: 6 M	NBR 7007 - Aços-carbono e aços microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural – Requisitos	UD (barra 6 metros)	200	R\$ 103,33	R\$ 20.666,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	200
4	292434	Cabo Rolo De Pintura Tamanho: 23 CM Material: Aço Zincado Características Adicionais: Com Buchas		UD	20	R\$ 10,66	R\$ 213,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	20
5	230369	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO INOXIDÁVEL, COR AMARELA, ALTURA 41, LARGURA 25, ALTURA CORPO 23, ALTURA HASTE 18, QUANTIDADE PINOS 4, DIÂMETRO HASTE 4	Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Altura: 50 MM Largura: 25 MM Características Adicionais: Corpo, Pinos E Contrapinos Em Latão	UD	200	R\$ 23,81	R\$ 4.762,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	100	200
6	283695	Cantoneira Metal Ferroso Material: Aço Carbono Sae 1020 Tipo: Abas Iguais Largura Abas Iguais: 1 POL Espessura: 3/16 POL Comprimento: 6 M	NBR15980 - Perfis laminados de aço para uso estrutural — Dimensões e tolerâncias	UD (barra 6 metros)	200	R\$ 92,05	R\$ 18.410,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	200

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
7	324904	Cantoneira Metal Ferroso Material: Aço Carbono Sae 1020 Tipo: Abas Iguais Largura Abas Iguais: 2 POL Espessura: 3/16 POL Comprimento: 6 M	NBR15980 - Perfis laminados de aço para uso estrutural — Dimensões e tolerâncias	UD (barra 6 metros)	150	R\$ 195,75	R\$ 29.362,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	150
8	473664	Chapa Galvanizada Material: Aço Comprimento: 2 M Largura: 1,20 M Espessura: 1,20 MM Tipo: Nº 18 Características Adicionais: Anticorrosivo		UD	100	R\$ 279,60	R\$ 27.960,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	100
9	288119	Desempenadeira Manual Material: Aço Comprimento: 25 CM Largura: 12 CM Aplicação: Argamassa		UD	15	R\$ 17,99	R\$ 269,85	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	15
10	456292	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 115 MM Diâmetro Furo: 22,22 MM Características Adicionais: Reforçado Tela Fibra De Vidro Espessura: 1 MM	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	500	R\$ 1,90	R\$ 950,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	200	500
11	377362	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 177,80 MM Diâmetro Furo: 22,22 MM Aplicação: Aço E Ligas Materiais Ferrosos Em Geral Características Adicionais: Tela Reforço Em Fibra De Vidro Espessura: 1,60 MM	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	100	R\$ 8,91	R\$ 891,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	100



**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
12	213874	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Especificação: Ar 302 Diâmetro: 254 MM Altura: 3,20 MM Diâmetro Furo: 19,10 MM Velocidade Máxima: 6.015 RPM Tela Reforço: 2 UN Material Tela: Fibra Vidro Aplicação: Corte Ferro Fundido, Materiais Ferros Em Geral Normas Técnicas: Abnt Nb 33	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	100	R\$ 23,70	R\$ 2.370,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	100
13	213471	Dobradiça Porteira Material: Aço Inoxidável Tratamento Superficial: Não Aplicável Comprimento: 202 MM Largura: 38 MM Espessura: 4,50 MM Espessura Pino: 11 MM Quantidade Parafusos: 4 UN Diâmetro Parafusos: 0,79 MM Comprimento Parafusos: 5,08 MM Características Adicionais: Para Parafusar	DOBRADIÇA DE PORTEIRA N4, PINTADA NA COR AZUL OU PRETA.	UD	100	R\$ 39,18	R\$ 3.918,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	100
14	476196	Dobradiça Porteira Material: Chapa De Aço Tratamento Superficial: Pintado Comprimento: 320 MM Largura: 210 MM Espessura: 15 MM Características Adicionais: Referência Nº6	DOBRADIÇA DE PORTEIRA N6, PINTADA NA COR AZUL OU PRETA.	UD	200	R\$ 88,26	R\$ 17.652,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	20	200
15	480737	Dobradiça Material: Aço Carbono Tipo: Gonzo Diâmetro: 7/8 POL	DOBRADIÇA GONZO Nº 2 3/4X1” COM ABA BICROMATIZADA	UD	200	R\$ 13,57	R\$ 2.714,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	20	200

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
16	377785	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Carbono Forma: Vareta Diâmetro: 2,50 MM Comprimento: 350 MM Normas Técnicas: Aws Sfa 5.1 E 6013 Características Adicionais: Cilíndrico E Revestido		KG	15	R\$ 18,83	R\$ 282,45	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	15
17	263090	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Inoxidável Forma: Vareta Formato: Redondo Diâmetro: 2,50 MM		KG	10	R\$ 100,05	R\$ 1.000,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	10
18	471020	Enxada Material: Aço Carbono Largura: 9,5 CM Material Cabo: Madeira Comprimento Cabo: 110 CM		UD	50	R\$ 63,16	R\$ 3.158,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
19	224109	Espátula Material Lâmina: Metal Material Cabo: Plástico Tamanho: 10 CM Aplicação: Massa E Raspagem		UD	25	R\$ 9,39	R\$ 234,75	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	25
20	438123	Fio Material: Nylon Bitola: 3 MM Aplicação: Roçadeira Costal Motorizada	FORMATO DO FIO QUADRADO OU RETANGULAR, COR AMARELA, ENTREGA DEVE SER FEITA EM ROLO COM 312 METROS	M	2184	R\$ 0,99	R\$ 2.162,16	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	312	2184

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
21	379963	Glifosato Concentração: 48% P/V Apresentação: Concentrado Solúvel Número De Referência Química: 1071-83-6	VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NA DATA DA ENTREGA. CONTER BULA COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO CONFORME PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELA ANVISA. APRESENTAR COMPROVANTE DE REGISTRO DO ESTABELECIMENTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), CONFORME PARÁGRAFO 3º, ART. 37 DO DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002. NECESSÁRIO APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA NO MOMENTO DO FORNECIMENTO.	L	800	R\$ 62,70	R\$ 50.160,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	200	800
22	225679	Lima Chata Tipo: Murça Comprimento: 10 POL Uso: Acabamentos Aplicação: Limagem Ferramentas Mecânicas E Ferramentaria Características Adicionais: Ambas As Faces Com Picado Duplo E Cantos Com Pica-	Lima com cabo.	UD	40	R\$ 25,69	R\$ 1.027,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	40
23	447275	Lima Manual Tipo: Motosserra Formato: Redonda Comprimento: 8 POL Características Adicionais: Cabo Plástico Emborrachado	Lima redonda para motosserra com cabo, 8 pol.	UD	50	R\$ 20,53	R\$ 1.026,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
24	250499	Lixa Material: Carbureto Silício Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão: 100 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM		UD	300	R\$ 2,66	R\$ 798,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300
25	320251	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão: 120 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM Tipo Costado: Papel Impermeável		UD	300	R\$ 2,14	R\$ 642,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300
26	320252	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão: 180 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM Tipo Costado: Papel Impermeável		UD	300	R\$ 2,00	R\$ 600,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300
27	231503	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa Ferro Apresentação: Folha Tipo Grão: 40 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM		UD	600	R\$ 3,65	R\$ 2.190,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300
28	351381	Lona Plástica Espessura: 200 MICRA Largura: 8 M Cor: Preta Aplicação: Cobertura Proteção	Rolo com 50 metros.	RL (Rolo com 50 metros)	2	R\$ 1.156,42	R\$ 2.312,84	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	1	2

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
29	366140	Lâmina Corte Roçadeira Manual Material: Aço Cromo Manganês Formato: 2 Pontas Diâmetro Furo Encaixe Fixação: 20 MM Diâmetro Externo: 330 MM Espessura: 2,25 MM Tipo: Costal	PARA ROÇADEIRA stihl , Lâmina para Roçadeira 2 pontas 330 mm comprimento , 2 mm de espessura, Furo 20 mm, PARA USO NAS ROÇADEIRAS DO JARDIM.	UD	200	R\$ 56,46	R\$ 11.292,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	200
30	259208	Lâmina Roçadeira Material: Aço Inoxidável Quantidade Pontas: 2 UN Aplicação: Gramma Densa E Pequenos Arbustos	PARA ROÇADEIRA husqvarna , Lâmina para Roçadeira 2 pontas 330 mm comprimento , 2 mm de espessura, Furo 25,4 mm, PARA USO NAS ROÇADEIRAS DO JARDIM.	UD	200	R\$ 53,88	R\$ 10.776,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	200
31	358375	Mangueira Jardim Material: Borracha Diâmetro: 1/2 POL Espessura: 5 MM Pressão Máxima: 6 BAR. Cor: Amarela Características Adicionais: 300 Psi Uso: Jardinagem E Limpeza	ENTREGA EM ROLO DE 10, 25 OU 50 METROS	M	500	R\$ 6,99	R\$ 3.495,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	100	500
32	223505	Massa Corrida Método Aplicação: Com Espátula E Desempenadeira Tempo Secagem: 3 H Composição Básica: Resina Acrílica Solubilidade: Água Aplicação: Imperfeição Superfície Externa Para Pintura	Rendimento em M2 – Aplicação Grossa: Lata 25 kg - até 28 m² , Aplicação Fina: Lata 25 kg - até 75 m².	LT (lata com 25 Kg)	40	R\$ 99,28	R\$ 3.971,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	40
33	324752	Perfil Metal Ferroso Material: Aço Formato Seção: U Largura: 150 MM Altura: 60 MM Espessura Chapa: 2 MM Características Adicionais: Enrijecido	barra 6 metros -NBR 7007 - Aços-carbono e aços microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural – Requisitos	UD (barra 6 metros)	30	R\$ 238,36	R\$ 7.150,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	30

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
34	455873	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Carretel Aplicação: Roçadeira Costal Stihl Fs 220	Carretel de corte raso com fio de nylon redondo de 2.5mm, contém 1,5 metros de fio. O carretel tem a capacidade de armazenar até 4 metros de fio, furo do ilhos 4,5mm, aceitando assim todas as bitolas de fio disponível no mercado.	UD	20	R\$ 67,04	R\$ 1.340,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20
35	353814	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Filtro De Ar Aplicação: Roçadeira Costal Stihl Fs 220	Filtro De Ar Roçadeira Stihl Fs160 Fs220 Fs280. Tela Nylon	UD	30	R\$ 25,13	R\$ 753,90	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	30
36	486735	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Filtro De Gasolina Aplicação: Roçadeira Stihl Fs 160	FILTRO DE GASOLINA PARA ROÇADEIRA MANUAL STHIL - MODELO FS 220.	UD	40	R\$ 14,04	R\$ 561,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	40
37	602626	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Prato Giratório Para Roçadeira Aplicação: Roçadeira: Stihl Características Adicionais: Fs44/ Fs85 / Fs85r / Fs86 / Fs88 / Fs106 / Fs108 /	Prato giratório limitador de altura de nylon para roçadeira. Furo central de 16mm com reforço.Serve em vários modelos como: stihl fs220 fs 160, fs280, Husqvarna 143 RII e outras com furação 16mm	UD	300	R\$ 18,27	R\$ 5.481,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300
38	486736	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Vela Aplicação: Roçadeira Stihl Fs 160	Vela de ignição BPMR7A PARA ROÇADEIRA MANUAL STHIL - MODELO FS 220. MODELO SERVE PARA ROÇADEIRAS FS 160/220/290.	UD	50	R\$ 28,17	R\$ 1.408,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
39	214491	Rebite Pop Material: Alumínio Tipo: Comum Tipo Aba: Abaulado Diâmetro Corpo: 3,20 MM Comprimento: 12 MM		UD	1000	R\$ 0,28	R\$ 280,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	100	1000

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
40	252565	Rebite Pop Material: Alumínio Tipo: Comum Tipo Aba: Abaulado Diâmetro Corpo: 4,80 MM Comprimento: 19 MM		UD	1000	R\$ 0,43	R\$ 430,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	100	1000
41	405922	Revestimento Textura Tipo: Grafiato Cor: Branca Superfície Aplicação: Alvenaria Método Aplicação: Desempenadeira Aço E Rolo Rendimento: 15 M2/L	lata com 23 Kg - A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devida ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	UD (lata com 23 Kg)	100	R\$ 89,24	R\$ 8.924,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	100
42	233931	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster Aplicação: Parede / Madeira / Estrutura Metálica Comprimento: 9 CM Características Adicionais: Com Cabo	Rolo de espuma 100% poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 6,17	R\$ 308,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
43	242432	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster Material Tubo: Plástico Comprimento: 5 CM Material Cabo: Plástico Resistente Características Adicionais: Com Cabo	Rolo de espuma 100% poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 5,37	R\$ 268,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
44	250982	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Sintética Comprimento: 15 CM Material Cabo: Plástico Resistente	Rolo de espuma 100% poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 7,35	R\$ 367,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
45	229437	Rolo Pintura PredialMaterial: Lã De Carneiro Material Tubo: Plástico Aplicação: Superfície Lisa/Látex E Acrílico Comprimento: 23 CM Material Cabo: Plástico Resistente Características Adicionais: Não Aplicável	Rolo de pele de carneiro merino australiano com lã extralonga e densa de 25mm. Grande capacidade de retenção de tinta. Ideal para pinturas com tinta látex, acrílico, pva, óleo, esmalte em paredes rugosas ou texturizadas.	UD	60	R\$ 46,16	R\$ 2.769,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	60
46	260616	Selador Tipo: Acrílico Aspecto Físico: Líquido Método Aplicação: Rolo/Pincel/Trincha Ou Revólver Aplicação: Superfícies Porosas Reboco/Concreto/Fibrocimento	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devida ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	50	R\$ 139,50	R\$ 6.975,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
47	223133	Solvente Industrial Teor Máximo Enxofre: 0,30% Peso Ponto Fulgor: -12 °C Ponto Fusão: 110 °C Teor Aromáticos: 3 PER Teor Alifáticos: 98 PER Volatilidade: 100 PER Solubilidade: Solvente Orgânico E Insolúvel Água Aplicação: Diluente Tintas	Tipo thinner 3.500, validade devida ser de 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata com 5 litros)	40	R\$ 106,29	R\$ 4.251,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	40



**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
48	227650	Solvente Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Tintas E Vernizes Base Alquida Teor Máximo Benzeno: 1 PER Teor Máximo Enxofre: 1 PER Ponto Fulgor: 38 °C Ponto Fusão: 216 °C Teor Aromáticos: 5 A 7 PER Teor Alifáticos: 93 A 95 PER Viscosidade: 1,15 CST	Tipo aguarráz, validade devera ser de 2 anos a partir da data de entrega.	LT (900ML)	200	R\$ 22,57	R\$ 4.514,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	30	200
49	436421	Tesoura Funilaria Material Cabo: Emborrachado Tipo Corte: Reto Características Adicionais: Tipo Funileiro, Reforçada E Com Mola Retorno Tamanho: 12 POL Material Corpo: Aço Cromovanadio Material Lâmina: Aço Cromovanadio Tipo Acionamento: Alavanca / Manual		UD	5	R\$ 112,18	R\$ 560,90	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	2	5
50	355346	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Cromo Vanádio Material Cabo: Alumínio Revestimento Cabo: Plastificado Características Adicionais: Lâmina Intercambiável E Regulagem Lâmina Tipo Uso: Para Cerca Viva Aplicação: Jardinagem		UD	20	R\$ 57,14	R\$ 1.142,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20
51	252759	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Sae 1.070 Material Cabo: Madeira Características Adicionais: Empunhadura De Borracha Comprimento Cabo: 43 CM Aplicação: Jardinagem		UD	20	R\$ 108,95	R\$ 2.179,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
52	248378	Tesoura Poda Material Lâmina: Chapa Galvanizada Características Adicionais: Com Guilhotina De Mola Comprimento: 20 CM Formato: Bico De Gavião Comprimento Lâmina: 7 CM		UD	20	R\$ 45,16	R\$ 903,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20
53	297492	Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branco Neve Aplicação: Pintura Predial Tipo Acabamento: Semi-Brilho Características Adicionais: Externa, Microbicida, Bactericida E Fungicida Não	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	50	R\$ 476,94	R\$ 23.847,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
54	356526	Tinta Acrílica Componentes: Água, Resina Acrílica, Pigmentos Orgânicos E Inor- Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branco Gelo Características Adicionais: Rendimento 275 M2 Por Demão/Latão	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	40	R\$ 352,11	R\$ 14.084,40	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	40

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
55	239586	Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica/Pigmentos Orgânicos E Inorgân Aspecto Físico: Líquido Viscoso Colorido Cor: Cinza Prazo Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	50	R\$ 274,20	R\$ 13.710,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	10	50
56	262467	Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica/Pigmentos Orgânicos E Inorgân Aspecto Físico: Líquido Viscoso Colorido Cor: Verde Prazo Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	5	R\$ 274,20	R\$ 1.371,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	2	5
57	262306	Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica/Pigmentos Orgânicos E Inorgân Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branca Prazo Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	5	R\$ 274,20	R\$ 1.371,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	2	5

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
58	232055	Tinta Base Água Composição Básica: Água E Emulsão Acrílica Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Interna E Externa Tipo Acabamento: Fosco Cor: Verde-Primavera Superfície Aplicação: Reboco Método Aplicação: Rolo / Pincel	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	40	R\$ 445,44	R\$ 17.817,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	40
59	244274	Tinta Base Água Composição Básica: Água E Pva Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Interna E Externa Tipo Acabamento: Fosco Cor: Azul Superfície Aplicação: Reboco Método Aplicação: Rolo / Pincel	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	20	R\$ 334,63	R\$ 6.692,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20
60	251912	Tinta Demarcação Sinalização Base: Resina Acrílica Tipo: Brilhante Cor: Branca Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Pintura De Asfalto E Sinalização De Rodovias	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	20	R\$ 182,90	R\$ 3.658,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
61	226201	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Madeira Tipo Acabamento: Brilhante Cor: Branca Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 109,78	R\$ 2.744,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	25
62	233986	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal E Madeira Cor: Marrom Método Aplicação: Rolo E Pincel Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	7	R\$ 129,45	R\$ 906,15	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	3	7
63	233152	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal E Madeira Tipo Acabamento: Brilhante Cor: Platina Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 131,09	R\$ 3.277,25	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	25

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
64	292327	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal, Madeira E Alvenaria Tipo Acabamento: Sintético Cor: Preta Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	10	R\$ 97,00	R\$ 970,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	10
65	252400	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal Tipo Acabamento: Brilhante Cor: Cinza Médio Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Pistola Aplicação: Interna	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 158,42	R\$ 3.960,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	25
66	234833	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Alto Brilho Cor: Vermelha Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola Aplicação: Superfícies Madeira E Metal/Interiores/Exteriores. Material: Tinta À Base De Resinas Alquídicas/Pigmentos Rendimento: 40 A 50 M2/Gl/Demão Prazo Armazenagem: 36 MÊS	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	10	R\$ 111,10	R\$ 1.111,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	10

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
67	399384	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Amarela Aplicação: Superfícies Madeira E Metal/Interiores/Exteriores. Material: Base Resina Alquídica Aspecto Físico: Líquido E Viscoso Normas Técnicas: Abnt Nbr 11.702	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	12	R\$ 151,25	R\$ 1.815,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	3	12
68	345336	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Sintético Cor: Azul Del Rey Aplicação: Superfícies Madeira E Metal/Interiores/Exteriores. Aspecto Físico: Líquido E Viscoso	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	12	R\$ 97,00	R\$ 1.164,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	3	12
69	331525	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Sintético Cor: Branco Gelo Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	50	R\$ 97,00	R\$ 4.850,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	50

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
70	224218	Trincha Material Cabo: Madeira Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 1 POL Tipo Cabo: Longo	Trincha Material Cabo: Madeira Material Cerdas: Pelo Tamanho: 1 POL Tipo Cabo: Longo	UD	20	R\$ 13,20	R\$ 264,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20
71	290548	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 2 1/2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Tamanho: 2 1/2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	50	R\$ 10,21	R\$ 510,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	50
72	290550	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Tamanho: 2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	30	R\$ 12,60	R\$ 378,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	30
73	290551	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 3 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Tamanho: 3 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	50	R\$ 11,89	R\$ 594,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	50
74	375660	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 4 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Tamanho: 4 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	20	R\$ 15,21	R\$ 304,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	20



**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
75	417310	Vassoura Jardinagem Tipo: Regulável Material Cerdas: Aço Sae 1070 Características Adicionais: Comprimento Cabo: 120 Cm/Cerdas Redondas Quantidade Lâminas: 22 UN	Vassoura Metálica Fixa Arame 22 Dentes com Cabo de Madeira 120 cm, fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó, lâmina temperada em todo o corpo da peça, olho de 23 mm de diâmetro, cabo com acabamento envernizado.	UD	100	R\$ 30,99	R\$ 3.099,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	20	100
76	226324	Verniz Acabamento: Brilhante Cor: Castanha Características Adicionais: Filtro Solar/Proteção Sol E Chuva Aplicação: Interior E Exterior Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Lata de 3,6 L.	LT (Lata 3,6 L)	30	R\$ 166,04	R\$ 4.981,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	30
77	223465	Zarcão Peso Específico: 1,30 A 1,35 G/ML Tempo Secagem: 24 H Método Aplicação: Rolo/Pincel E Revólver Tipo Secagem: Ar Prazo Validade: 3 ANOS Cor: Cinza	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (Lata 3,6 L)	50	R\$ 119,55	R\$ 5.977,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	5	50

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
78	477466	Óleo Lubrificante Uso: Motores 2 Tempos Tipo: Mineral Classificação: Api Tc Viscosidade: Cst 100ºc	Óleo Lubrificante 8017H Castrol Motores 2 tempos para Roçadeiras 500ml Stihl, recomendado para motores STIHL 2T, 2-Mix e 4-Mix de alto desempenho, tais como: motosserras, roçadeiras, sopradores, motopodas, pulverizadores e cortadores de disco, embalagens de 500ml.	EMB (Embalagem com 500ml)	160	R\$ 31,78	R\$ 5.084,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	80	160
79	298374	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela Altura: 40 MM Largura: 50 MM Características Adicionais: Nº 50 Altura Haste: 40 MM	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela Altura: 40 MM Largura: 50 MM Características Adicionais: Nº 50 Altura Haste: 40 MM	UD	200	R\$ 26,72	R\$ 5.344,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	100	200
80	471990	Chapa Aço Material: Aço Carbono Espessura: 18 / 1,26 MM Comprimento: 2 M Largura: 1,20 M	Chapa aço: Produto Lambril Ondulado Dimensões: 2000 x 1200 Tipo aço: Carbono Espessura: Chapa 18 # 1,20 mm Linha: Serralheria Largura: 1,00 M	UD	200	R\$ 236,36	R\$ 47.272,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	200
81	274819	Tubo Metalon Formato: Circular Espessura Chapa: 18 / 1,26 MM Seção: 2 POL Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões	Comprimento: 6M	UD (barra 6 metros)	300	R\$ 90,67	R\$ 27.201,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	300

**Pregão 90077/2025 - Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais e Estimativa de Consumo**

Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123/20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
82	360617	Tubo Metalon Formato: Quadrangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 20 X 20 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Comprimento: 6 M		UD (barra 6 metros)	250	R\$ 43,07	R\$ 10.767,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	250
83	360619	Tubo Metalon Formato: Retangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 20 X 30 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Tipo Aço: Sae 1020 Comprimento: 6 M		UD (barra 6 metros)	250	R\$ 54,91	R\$ 13.727,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	250
84	300731	Tubo Metalon Formato: Retangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 50 X 30 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Tipo Aço: Sae 1020 Comprimento: 6 M		UD	250	R\$ 90,79	R\$ 22.697,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	50	250
						<b>Total</b>	<b>R\$ 535.045,40</b>			

# Estudo Técnico Preliminar 24/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23114.908353/2025-34

## 2. Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus, visando as manutenções necessárias na Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste estudo técnico preliminar.

Os materiais a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20, da Lei no 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto no 10.818/2021, de 27 de setembro de 2021, por possuírem qualidade comum, não superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Todos os itens possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, comprovando-se sua natureza comum.

Os itens objetos desta aquisição, não são considerados recursos de TIC, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital.

A contratação constitui atividade de custeio, observados os limites e instâncias de governança para a contratação de bens, estabelecidos pelo Decreto no 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

A natureza da ação que suporta a despesa decorrente da futura contratação são qualificáveis como atividades, pois constituem despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensando as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## 3. Descrição da necessidade

A aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento das necessidades do setor de Manutenção do Campus visando as manutenções necessárias à infraestrutura da Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal.

Em primeiro lugar, cabe salientar que o planejamento adequado de compras públicas é uma das premissas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Governo Federal. A Universidade Federal de Viçosa tem trabalhado para uniformidade nos processos, procedimentos e padronização dos itens a serem adquiridos.

No campus Florestal são 116 edificações, sendo que boa parte delas são antigas e necessitam constantemente de serviços de manutenção preventiva, corretiva, bem como, reparos visando a plena utilização das instalações e a total segurança da infraestrutura.

O campus também conta com áreas de parques e jardins, áreas de cultivo, áreas de criação de animais e uma extensa área de mata, cuja manutenção é uma prioridade para a administração com vistas a conservar seu patrimônio e manter as devidas condições de utilização e segurança.

O controle das demandas dos serviços e de materiais a serem utilizados são feitas pelo próprio setor de manutenção que realiza as manutenções das áreas externas e, também, os atendimentos de manutenção preventiva ou corretiva, reparos, limpeza após os setores demandantes emitirem ordens de serviço, através do sistema institucional (SISORD). Todas as demandas são avaliadas anteriormente e são listadas as necessidades reais de materiais. Permite-se, com isso, a disponibilização do material em quantidade suficiente, em tempo hábil e de acordo com a necessidade. Busca-se atender os serviços com qualidade e sem comprometer o desenvolvimento das atividades da instituição.

Para pronto atendimento das demandas, torna-se necessário manter à disposição do setor estoque mínimo dos materiais, bem como a possibilidade de pronto empenho destes materiais básicos que são solicitados. Portanto, a seleção prévia de empresas aptas para fornecimento de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para o setor de Manutenção do Campus visa atender aos interesses da instituição e são de suma importância para preservar o patrimônio público da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal.

Esta aquisição alinha-se ao planejamento estratégico e institucional da Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal.

Justificada a necessidade da compra, optou-se por realizar um Registro de Preços, na modalidade Pregão eletrônico, em virtude da economia de meios e da praticidade permitidos pelo procedimento de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 11462/2023.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Manutenção do Campus	Fábio José Silveira de Souza

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos e exigências mínimas de cada item estão especificados na descrição complementar, expressa na tabela de especificações que constará no Termo de Referência.

Para todos os itens, as empresas vencedoras deverão atentar-se aos seguintes aspectos indispensáveis para o fornecimento do objeto:

- Proporcionar a entrega dos itens contratados, conforme condições, descrição, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições, devidamente embalados, dentro da validade, em perfeitas condições de armazenamento e consumo, no prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (quando aplicável), sob pena de não recebimento dos materiais;
- Validade dos produtos de no mínimo 12 meses no momento da entrega;
- O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do empenho pelo fornecedor;
- O recebimento dos produtos no Almoxarifado dar-se-á de forma provisória, pelo Coordenador de Almoxarifado ou servidor equivalente, sendo seguido pelo recebimento definitivo, com o devido ateste da Nota Fiscal pelo servidor Requisitante/Demandante;
- Garantia de troca de produto vencido, defeituoso ou incompleto;
- Uma vez rejeitado o recebimento de alguns produtos, esse fato será comunicado à empresa contratada, para que proceda à respectiva e imediata substituição, reparação ou correção do objeto com avarias, defeitos ou em discordância com as especificações previstas no edital, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação pelo Contratante;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a contratação, as obrigações assumidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Observar as disposições constante no Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- Correrão por conta dos fornecedores todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, decorrentes da entrega dos produtos;

- Os fornecedores devem adotar critérios de sustentabilidade e boas práticas e atender às demais legislações pertinentes;
- A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/A;
- Caso a legislação vigente exija certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para determinado(s) item(ns) do presente processo, deverá o licitante apresentá-lo;
- Todos os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber);
- Respeitar as cores exigidas no descritivo.

A indicação de marca/modelo de referência, eventualmente constantes na tabela do Termo de Referência, servirão apenas como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, devendo ser entendidas como as seguintes expressões “equivalente, similar ou de melhor qualidade”.

Não serão exigidos amostra ou prova de conceito dos materiais, no entanto, catálogos PODERÃO ser solicitados, na etapa de julgamento (fase externa do pregão) para se conferir o total cumprimento dos critérios mínimos exigidos nas especificações dos itens.

Não serão exigidas das empresas qualificação técnica-operacional e econômica visto que os materiais são para entrega imediata após emissão do empenho.

Para todos os itens a participação deverá ser exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, uma vez que o valor de compra não ultrapassa os R\$80.000,00 previstos como base e que existe muitos fornecedores enquadrados capazes de atender este fornecimento.

#### **Normativas que disciplinam os serviços/bens a serem adquiridos:**

Todos os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber).

Em alguns itens foram colocados no seu descritivo (descrição complementar) algumas normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre outras normas. Essas normas são específicas para determinados materiais que constam neste processo de contratação, sendo que, a empresa deverá fornecer os materiais que atendam às especificações contidas nessas normas. Portanto, de acordo com as suas respectivas naturezas, os itens deverão atender essas normas técnicas e /ou aquelas que vierem substituí-las.

Caso existam normas específicas de observância obrigatória para produção ou venda de determinados materiais que constam neste processo de contratação, mesmo que não relacionadas, a empresa deverá fornecer os materiais que atendam às especificações contidas nessas normas.

No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto considera as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, como a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devida ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.

NBR 15230 - Ferramentas abrasivas — Uso, manuseio, segurança, classificação e padronização.

NBR15980 - Perfis laminados de aço para uso estrutural — Dimensões e tolerâncias

NBR 7007 - Aços-carbono e aços microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural – Requisitos.

NBR 11702 - Tintas para construção civil — Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais — Classificação e requisitos.

Normas Técnicas: Aws Sfa 5.1 E 6013

LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins.

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei n. 9456, de 25 de abril de 1997, que institui a proteção de cultivares.

Lei n 12.305, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## 6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado através de estudos que consideraram a existência de potenciais fornecedores. No levantamento, buscou-se identificar, para os itens que compõem o processo, a descrição usual mais atualizada no mercado, pois os itens não compõem o catálogo eletrônico de padronização. Avaliou-se, também, os valores comercializados considerando, sempre que possível, o cálculo do frete de entrega no endereço do campus.

Foram consultados os editais e Termos de referência recentes, de licitações realizadas por outros Órgãos retornadas à pesquisas do Painele de Pesquisa de Preços, no sistema compras.gov.br, em licitações semelhantes. Os editais consultados trouxeram à análise uma contribuição para definição das especificações dos itens, para a escolha da melhor solução para adquiri-los de forma mais eficiente, buscando gerar maior produtividade e economia para a Administração.

As especificações de cada item, complementares à descrição principal do Catálogo de Materiais (Catmat), foram inseridas para trazer clareza nos requisitos com caracterização mínimas do objeto, assegurando assim que as especificações correspondessem àquelas essenciais à contratação. Busca-se garantir a aquisição de produtos com a melhor qualidade possível, porém, sem direcionamento de marca e não criando restrição à participação de fornecedores.

Observou-se que existem diversos fabricantes e empresas que fornecem os itens com especificações padronizadas, sendo, portanto, caracterizados como itens comuns.

Entre as opções analisadas para atender à demanda existente, foi verificado que a solução mais viável é aquisição dos produtos, uma vez que tratam-se de produtos de consumo, comuns, de fabricação padronizada.

Alternativamente, foi avaliada a possibilidade de contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais, no entanto, para cada pequeno reparo ou manutenção necessitaria de um processo para contratação específica, o que geraria mais custo, sendo que a instituição dispõe de pessoal para execução destes pequenos reparos. O mesmo ocorre no caso de manutenção dos parques e jardins. Portanto, a aquisição de materiais para execução da manutenção pela própria instituição gera economia de recursos. Não cabe, neste caso, a alternativa de locação, que não é compatível com as atividades de manutenção, reparos ou reformas, ou mesmo, a fabricação de produto com característica especial, por exemplo.

A modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, conforme determinado pelo inciso XLI, art. 6º da lei 14.133/2021, é o pregão e o Sistema de Registro de Preços - SRP - poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial, quando compatíveis com aos motivos apontados no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023.

Os processos consultados demonstraram que o registro de preços foi a opção amplamente utilizada pelos órgãos para os processos em que os quantitativos para entrega não puderam ser previamente estimados. Nestas licitações, o critério de julgamento menor preço foi a alternativa adotada como critério de julgamento. Com o procedimento de registro de preços garante-se a oferta de lances com valor mais baixos, uma vez que os fornecedores já têm conhecimento do quantitativo mínimo de aquisição de cada item e podem calcular melhor os custos finais do produto, considerando o valor do frete para o endereço.

Os materiais e ferramentas objetos desta licitação são utilizados regularmente em manutenções e existe a necessidade de contratações frequentes para garantir estoque mínimo de produtos para substituições imediatas. Entretanto, o consumo do material depende de demanda que não pode ser totalmente prevista, sendo mais adequado a aquisição e entrega parcelada dos materiais de acordo com sua utilização e necessidade de substituição.

A aquisição de grande quantidade dos itens em um processo poderia gerar alto custo de estoque e comprometimento no planejamento orçamentário da instituição; e a realização de diversos processos de licitação para aquisição parcelada poderia ser enquadrado como parcelamento indevido da compra. Portanto, foi considerado mais adequado a entrega parcelada dos materiais de acordo com a demanda.

Dessa forma, a alternativa mais viável economicamente para a aquisição é a realização do procedimento de registro de preços, pois neste modelo de procedimento não se exige disponibilidade orçamentária imediata para empenho. A destinação do recurso ocorrerá somente quando houver a necessidade do material com a emissão do empenho. O registro de preços dos possíveis fornecedores permite, portanto, melhor gerenciamento do estoque, planejamento do orçamento e agilidade no atendimento das demandas que surgirem, bem como evita sucessivas licitações, gerando ganhos de produtividade e economia para a Administração.

Pela característica dos itens e após o levantamento de mercado, não foi identificado a necessidade de recomendar a contratação dos itens de um mesmo fornecedor, portanto, para os itens deste pregão o parcelamento é tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Os itens devem ser licitados de forma autônoma, pelo o critério de julgamento de menor preço por item, com disputa e adjudicação independentes.

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II, III do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, para verificar a vantajosidade da solução aqui proposta e empregado o método da MÉDIA para cálculo do valor estimado para a licitação.

Do estudo realizado, destaca-se que:

- pelas características do objeto existe a necessidade de substituições frequentes;
- estão previstas entregas parceladas;
- pela natureza do objeto não é possível prever a quantidade a ser demandada;
- por se tratarem de materiais comuns, amplamente comercializados, existe um grande número de fornecedores no mercado nacional;
- não existem restrições legais para a aquisição destes materiais no mercado;
- para o objeto em questão o critério de aceitação poderá ser o de menor valor por item, pois não há prejuízo ao conjunto da solução e os mesmos são ofertados por diversas empresas no mercado
- a licitação na modalidade pregão garante a oferta de lances com valor mais baixo, uma vez que os fornecedores já têm conhecimento do quantitativo exato de cada item e podem calcular com precisão os custos finais do produto, considerando o valor do frete para nosso endereço.
- por ser um objeto amplamente utilizado por muitas instituições, é conveniente o registro de preços para possível atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade.

O processo deve ser aberto para manifestação de interesse de outros órgãos em participar de registro de preços, atendendo os princípios previsto na Lei 14133/2021.

A natureza do objeto desta licitação é comum. Os materiais tem características de produção/fabricação padronizadas. São materiais de uso frequente em diversos órgãos. A possibilidade de adesão às atas permite que outros órgãos da Administração Pública, que enfrentem necessidades semelhantes, possam adquirir os mesmos materiais em condições já estabelecidas, vantajosas e padronizadas, evitando a duplicidade de licitações e promovendo maior economicidade e celeridade administrativa.

A adesão será permitida desde que não comprometa os quantitativos registrados em favor do órgão gerenciador e dos participantes da ata, respeitando o limite de 50% do quantitativo originalmente registrado, conforme estabelecido pela legislação vigente. A adesão dependerá ainda de justificativa específica de vantajosidade por parte do órgão solicitante.

A inclusão desta previsão visa garantir o uso eficiente de recursos públicos, reduzir custos operacionais e assegurar uniformidade na aquisição de materiais comuns a diversos entes da Administração Pública.

A autorização para adesão à ata por órgãos e entidades não participantes encontra respaldo no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulam o Sistema de Registro de Preços, desde que sejam atendidas pelo órgão não participante as condições previstas neste decreto e na Lei 14133/2021. Portanto, considerando a característica do bem a ser adquirido, bem como o levantamento que considerou o uso do sistema de registro de preços como melhor solução, será permitida a adesão à ata de registro de preços.



**O procedimento para registro de preços na modalidade de Pregão eletrônico é a solução mais aptas à satisfação da necessidade administrativa.**

## **7. Descrição da solução como um todo**

Trata-se a solução da seleção de fornecedores aptos para fornecimento de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento das necessidades do setor de Manutenção do Campus, Campus UFV-Florestal.

No campus Florestal são 116 edificações, sendo que boa parte delas são antigas e necessitam constantemente de serviços de manutenção preventiva, corretiva, bem como, reparos visando a plena utilização das instalações e a total segurança da infraestrutura.

O campus também conta com áreas de parques e jardins, áreas de cultivo, áreas de criação de animais e uma extensa área de mata, cuja manutenção é uma prioridade para a administração com vistas a conservar seu patrimônio e manter as devidas condições de utilização e segurança.

O setor de manutenção do campus realiza regularmente a manutenções das áreas externas e, também, os atendimentos de manutenção preventiva ou corretiva, reparos e limpeza que são solicitadas através de ordens de serviço. As ordens de serviços atendidas atualmente não possuem estruturação lógica, isto é, não são facilmente mensuráveis, por se tratar de manutenção ou em alguns casos de serviços emergenciais. Tais demandas, apesar de frequentes e rotineiras, não podem ser previstas em sua totalidade, por isso é necessário a aquisição destes materiais e seu estoque, bem como, o pronto empenho para o atendimento das demandas.

Neste cenário, a adoção do pregão eletrônico por registro de preços para compra do material pretendido demonstrou ser o procedimento mais indicado ao permitir a aquisição dos itens demandados de forma imediata, mas sem necessidade de manutenção de grandes estoques. Os pedidos de materiais podem ser feitos de acordo com a necessidade da instituição, sem obrigações futuras. Neste contexto, o registro de preços permite à Administração o atendimento das demandas de uma forma mais eficaz.

Analisada as alternativas disponíveis e considerando que há viabilidade técnica e econômica para aquisição dos materiais pretendidos, pois os mesmos possuem diversos fornecedores no mercado, a solução indicada para a aquisição destes materiais é a realização de procedimento de registro de preços na modalidade pregão eletrônico.

De forma complementar, destaca-se ainda que o registro de preços na modalidade de pregão eletrônico é o mais recomendável para o atendimento à presente demanda por atender aos critérios de:

- a) economicidade - ao permitir a contratação pontual dos materiais, evitando excessos na aquisição que poderiam resultar em prejuízo com desperdícios e despesas com estocagem, comuns na contratação integral;
- b) competitividade - ampliando consideravelmente o número de fornecedores, ao favorecer a participação tanto de empresas locais/regionais, quanto de outros estados;
- c) eficiência: ao permitir a otimização no uso de recursos financeiros, com as compras pontuais e racionalização de procedimentos licitatórios;
- d) eficácia: ao propiciar resultados mais objetivos, reduzindo incertezas quanto ao quantitativo a ser adquirido, uma vez que a aquisição pode ser estimada e contratada para períodos mais curtos (meses, bimestres, etc.);
- e) sustentabilidade: ao propiciar uma compra racional que reduza a emissão de resíduos sólidos na natureza e ao possibilitar o desenvolvimento local e regional, com oportunidades para a contratação de empresas existentes na comunidade em que se insere a Universidade.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A estimativa de quantitativo foi feita a partir do levantamento das ordens de serviços para manutenção recebidas nos anos anteriores pelo setor de Manutenção do Campus e possíveis projetos (obras e reformas).

Também nos baseamos nas áreas de plantio e criação de animais, nas áreas de parques e jardins, bem como, no quantitativo de equipamentos e ferramentas disponíveis atualmente.

Para melhor definição das quantidades foram avaliados o histórico de compras, ou seja, as quantidades de materiais licitados e adquiridos em anos anteriores, a última data de aquisição e a quantidade dos materiais em estoque.

Essas abordagens ajudam a identificar padrões de demanda e ajustar as especificações e quantidades de acordo com a experiência passada, mas também, levando-se em conta a previsão de expansão do campus.

A metodologia utilizada combina dados históricos confiáveis com projeções de crescimento, garantindo uma estimativa realista e adequada às necessidades futuras.

A estimativa foi feita para entrega parcelada de acordo com a demanda apurada.

A quantidade estimada de cada item, constante na tabela anexa do apêndice único deste ETP refere-se à quantidade possível de ser contratada durante a vigência original da ata e no período de prorrogação, sendo possível a renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de Registro de Preços.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 535.045,40

Valor total estimado para aquisição dos itens é de R\$ R\$ 535.045,40 (quinhentos e trinta e cinco mil quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

Item Pesquisa de preços	Item Pregão	Código Catmat	Descrição Catmat	Especificações Técnicas Complementares (em caso de divergência com a descrição Catmat, considerar esta como exigência principal)	UD	Quantidade Total Licitada	Valor estimado MÉDIA	valor total	Inciso I e III, art. 48º da Lei complementar 123 /20206	Requisição mínima por empenho	Requisição máxima por empenho
69	1	416542	Arame Solda Material Indicado: Aço Carbono Processo Soldagem: Mig /Mag Diâmetro: 0.80 MM Características Adicionais: Aws A5.18/79, Classe Er-70s-6	BOBINA DE 15 KG, ATENDER AS NORMAS DO MERCADO	Bobina 15 kg	15	R\$ 273,19	R\$ 4.097,85	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	3	15
4	2	220522	Avental De Soldador Material: Couro Comprimento: 1,20 M Largura: 0,60 M Características Adicionais: Sem Emenda	Características Adicionais: com manga	UD	40	R\$ 88,89	R\$ 3.555,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	3	10
59	3	360384	Barra Chata Material: Aço Carbono Sae 1020 Bitola: 3/16 X 2 POL Comprimento: 6 M	NBR 7007 - Aços-carbono e aços microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural – Requisitos	UD (barra 6 metros)	200	R\$ 103,33	R\$ 20.666,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	200
44	4	292434	Cabo Rolo De Pintura Tamanho: 23 CM Material: Aço Zincado		UD	20	R\$ 10,66	R\$ 213,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	20

			Características Adicionais: Com Buchas								
15	5	230369	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO INOXIDÁVEL, COR AMARELA, ALTURA 41, LARGURA 25, ALTURA CORPO 23, ALTURA HASTE 18, QUANTIDADE PINOS 4, DIÂMETRO HASTE 4	Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Altura: 50 MM Largura: 25 MM Características Adicionais: Corpo, Pinos E Contrapinos Em Latão	UD	200	R\$ 23,81	R\$ 4.762,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	100	200
38	6	283695	Cantoneira Metal Ferroso Material: Aço Carbono Sae 1020 Tipo: Abas Iguais Largura Abas Iguais: 1 POL Espessura: 3 /16 POL Comprimento: 6 M	NBR15980 - Perfis laminados de aço para uso estrutural — Dimensões e tolerâncias	UD (barra 6 metros)	200	R\$ 92,05	R\$ 18.410,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	200
51	7	324904	Cantoneira Metal Ferroso Material: Aço Carbono Sae 1020 Tipo: Abas Iguais Largura Abas Iguais: 2 POL Espessura: 3 /16 POL Comprimento: 6 M	NBR15980 - Perfis laminados de aço para uso estrutural — Dimensões e tolerâncias	UD (barra 6 metros)	150	R\$ 195,75	R\$ 29.362,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	150
78	8	473664	Chapa Galvanizada Material: Aço Comprimento: 2 M Largura: 1,20 M Espessura: 1,20 MM Tipo: Nº 18 Características Adicionais: Anticorrosivo		UD	100	R\$ 279,60	R\$ 27.960,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	100
39	9	288119	Desempenadeira Manual Material: Aço Comprimento: 25 CM Largura: 12 CM Aplicação: Argamassa		UD	15	R\$ 17,99	R\$ 269,85	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	15
75	10	456292	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 115 MM Diâmetro Furo: 22,22 MM Características	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	500	R\$ 1,90	R\$ 950,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	200	500

			Adicionais: Reforçado Tela Fibra De Vidro Espessura: 1 MM								
64	11	377362	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 177,80 MM Diâmetro Furo: 22,22 MM Aplicação: Aço E Ligas Materiais Ferrosos Em Geral Características Adicionais: Tela Reforço Em Fibra De Vidro Espessura: 1,60 MM	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	100	R\$ 8,91	R\$ 891,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	100
2	12	213874	Disco Corte Material: Óxido Alumínio Especificação: Ar 302 Diâmetro: 254 MM Altura: 3,20 MM Diâmetro Furo: 19,10 MM Velocidade Máxima: 6.015 RPM Tela Reforço: 2 UN Material Tela: Fibra Vidro Aplicação: Corte Ferro Fundido, Materiais Ferros Em Geral Normas Técnicas: Abnt Nb 33	MALHA REFORÇADA, ATENDER NBR 15230	UD	100	R\$ 23,70	R\$ 2.370,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	100
1	13	213471	Dobradiça Porteira Material: Aço Inoxidável Tratamento Superficial: Não Aplicável Comprimento: 202 MM Largura: 38 MM Espessura: 4,50 MM Espessura Pino: 11 MM Quantidade Parafusos: 4 UN Diâmetro Parafusos: 0,79 MM Comprimento Parafusos: 5,08 MM Características Adicionais: Para Parafusar	DOBRADIÇA DE PORTEIRA N4, PINTADA NA COR AZUL OU PRETA.	UD	100	R\$ 39,18	R\$ 3.918,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	100
			Dobradiça Porteira Material: Chapa								

79	14	476196	De Aço Tratamento Superficial: Pintado Comprimento: 320 MM Largura: 210 MM Espessura: 15 MM Características Adicionais: Referência Nº6	DOBRADIÇA DE PORTEIRA N6, PINTADA NA COR AZUL OU PRETA.	UD	200	R\$ 88,26	R\$ 17.652,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	20	200
81	15	480737	Dobradiça Material: Aço Carbono Tipo: Gonzo Diâmetro: 7 /8 POL	DOBRADIÇA GONZO Nº 2 3/4X1'' COM ABA BICROMATIZADA	UD	200	R\$ 13,57	R\$ 2.714,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	20	200
65	16	377785	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Carbono Forma: Vareta Diâmetro: 2,50 MM Comprimento: 350 MM Normas Técnicas: Aws Sfa 5.1 E 6013 Características Adicionais: Cilíndrico E Revestido		KG	15	R\$ 18,83	R\$ 282,45	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	15
36	17	263090	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Inoxidável Forma: Vareta Formato: Redondo Diâmetro: 2,50 MM		KG	10	R\$ 100,05	R\$ 1.000,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	10
76	18	471020	Enxada Material: Aço Carbono Largura: 9,5 CM Material Cabo: Madeira Comprimento Cabo: 110 CM		UD	50	R\$ 63,16	R\$ 3.158,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
8	19	224109	Espátula Material Lâmina: Metal Material Cabo: Plástico Tamanho: 10 CM Aplicação: Massa E Raspagem		UD	25	R\$ 9,39	R\$ 234,75	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	25
72	20	438123	Fio Material: Nylon Bitola: 3 MM Aplicação: Roçadeira Costal Motorizada	FORMATO DO FIO QUADRADO OU RETANGULAR, COR AMARELA, ENTREGA DEVE SER FEITA EM ROLO COM 312 METROS	M	2184	R\$ 0,99	R\$ 2.162,16	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	312	2184
				VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NA DATA DA ENTREGA. CONTER BULA COM AS INFORMAÇÕES							

66	21	379963	Glifosato Concentração: 48% P/V Apresentação: Concentrado Solúvel Número De Referência Química: 1071-83-6	NECESSÁRIAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO CONFORME PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELA ANVISA. APRESENTAR COMPROVANTE DE REGISTRO DO ESTABELECIMENTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), CONFORME PARÁGRAFO 3º, ART. 37 DO DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002. NECESSÁRIO APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA NO MOMENTO DO FORNECIMENTO.	L	800	R\$ 62,70	R\$ 50.160,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	200	800
10	22	225679	Lima Chata Tipo: Murça Comprimento: 10 POL Uso: Acabamentos Aplicação: Limagem Ferramentas Mecânicas E Ferramentaria Características Adicionais: Ambas As Faces Com Picado Duplo E Cantos Com Pica-	Lima com cabo.	UD	40	R\$ 25,69	R\$ 1.027,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	40
73	23	447275	Lima Manual Tipo: Motosserra Formato: Redonda Comprimento: 8 POL Características Adicionais: Cabo Plástico Emborrachado	Lima redonda para motosserra com cabo, 8 pol.	UD	50	R\$ 20,53	R\$ 1.026,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
26	24	250499	Lixa Material: Carbureto Silício Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão: 100 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM		UD	300	R\$ 2,66	R\$ 798,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	300
			Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão:						PARTICIPAÇÃO		

48	25	320251	120 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM Tipo Costado: Papel Impermeável		UD	300	R\$ 2,14	R\$ 642,00	EXCLUSIVA ME /EPP	50	300
49	26	320252	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa D'Água Apresentação: Folha Tipo Grão: 180 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM Tipo Costado: Papel Impermeável		UD	300	R\$ 2,00	R\$ 600,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	300
16	27	231503	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa Ferro Apresentação: Folha Tipo Grão: 40 Comprimento: 275 MM Largura: 225 MM		UD	600	R\$ 3,65	R\$ 2.190,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	300
54	28	351381	Lona Plástica Espessura: 200 MICRA Largura: 8 M Cor: Preta Aplicação: Cobertura Proteção	Rolo com 50 metros.	RL (Rolo com 50 metros)	2	R\$ 1.156,42	R\$ 2.312,84	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	1	2
62	29	366140	Lâmina Corte Roçadeira Manual Material: Aço Cromo Manganês Formato: 2 Pontas Diâmetro Furo Encaixe Fixação: 20 MM Diâmetro Externo: 330 MM Espessura: 2,25 MM Tipo: Costal	PARA ROÇADEIRA stihl , Lâmina para Roçadeira 2 pontas 330 mm comprimento , 2 mm de espessura, Furo 20 mm, PARA USO NAS ROÇADEIRAS DO JARDIM.	UD	200	R\$ 56,46	R\$ 11.292,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	200
32	30	259208	Lâmina Roçadeira Material: Aço Inoxidável Quantidade Pontas: 2 UN Aplicação: Grama Densa E Pequenos Arbustos	PARA ROÇADEIRA husqvarna , Lâmina para Roçadeira 2 pontas 330 mm comprimento , 2 mm de espessura, Furo 25,4 mm, PARA USO NAS ROÇADEIRAS DO JARDIM.	UD	200	R\$ 53,88	R\$ 10.776,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	200
58	31	358375	Mangueira Jardim Material: Borracha Diâmetro: 1/2 POL Espessura: 5 MM Pressão Máxima: 6 BAR. Cor: Amarela Características Adicionais: 300 Psi Uso: Jardinagem E Limpeza	ENTREGA EM ROLO DE 10, 25 OU 50 METROS	M	500	R\$ 6,99	R\$ 3.495,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	100	500

7	32	223505	Massa Corrida Método Aplicação: Com Espátula E Desempenadeira Tempo Secagem: 3 H Composição Básica: Resina Acrílica Solubilidade: Água Aplicação: Imperfeição Superfície Externa Para Pintura	Rendimento em M2 – Aplicação Grossa: Lata 25 kg - até 28 m² , Aplicação Fina: Lata 25 kg - até 75 m².	LT (lata com 25 Kg)	40	R\$ 99,28	R\$ 3.971,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	40
50	33	324752	Perfil Metal Ferroso Material: Aço Formato Seção: U Largura: 150 MM Altura: 60 MM Espessura Chapa: 2 MM Características Adicionais: Enrijecido	barra 6 metros -NBR 7007 - Aços-carbono e aços microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural – Requisitos	UD (barra 6 metros)	30	R\$ 238,36	R\$ 7.150,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	30
74	34	455873	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Carretel Aplicação: Roçadeira Costal Stihl Fs 220	Carretel de corte raso com fio de nylon redondo de 2.5 mm, contém 1,5 metros de fio. O carretel tem a capacidade de armazenar até 4 metros de fio, furo do ilhos 4,5mm, aceitando assim todas as bitolas de fio disponível no mercado.	UD	20	R\$ 67,04	R\$ 1.340,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
55	35	353814	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Filtro De Ar Aplicação: Roçadeira Costal Stihl Fs 220	Filtro De Ar Roçadeira Stihl Fs160 Fs220 Fs280. Tela Nylon	UD	30	R\$ 25,13	R\$ 753,90	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	30
82	36	486735	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Filtro De Gasolina Aplicação: Roçadeira Stihl Fs 160	FILTRO DE GASOLINA PARA ROÇADEIRA MANUAL STHIL - MODELO FS 220.	UD	40	R\$ 14,04	R\$ 561,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	40
84	37	602626	Peça / Componente Roçadeira Tipo: Prato Giratório Para Roçadeira Aplicação: Roçadeira: Stihl Características Adicionais: Fs44/ Fs85 / Fs85r / Fs86 / Fs88 / Fs106 / Fs108 /	Prato giratório limitador de altura de nylon para roçadeira. Furo central de 16mm com reforço.Serve em vários modelos como: stihl fs220 fs 160, fs280, Husqvarna 143 RII e outras com furação 16mm	UD	300	R\$ 18,27	R\$ 5.481,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	300
			Peça / Componente	Vela de ignição BPMR7A PARA ROÇADEIRA MANUAL STHIL -					PARTICIPAÇÃO		



83	38	486736	Roçadeira Tipo: Vela Aplicação: Roçadeira Stihl Fs 160	MODELO FS 220. MODELO SERVE PARA ROÇADEIRAS FS 160/220 /290.	UD	50	R\$ 28,17	R\$ 1.408,50	EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
3	39	214491	Rebite Pop Material: Alumínio Tipo: Comum Tipo Aba: Abaulado Diâmetro Corpo: 3,20 MM Comprimento: 12 MM		UD	1000	R\$ 0,28	R\$ 280,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	100	1000
30	40	252565	Rebite Pop Material: Alumínio Tipo: Comum Tipo Aba: Abaulado Diâmetro Corpo: 4,80 MM Comprimento: 19 MM		UD	1000	R\$ 0,43	R\$ 430,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	100	1000
68	41	405922	Revestimento Textura Tipo: Grafato Cor: Branca Superfície Aplicação: Alvenaria Método Aplicação: Desempenadeira Aço E Rolo Rendimento: 15 M2/L	lata com 23 Kg - A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	UD (lata com 23 Kg)	100	R\$ 89,24	R\$ 8.924,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	100
19	42	233931	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster Aplicação: Parede / Madeira / Estrutura Metálica Comprimento: 9 CM Características Adicionais: Com Cabo	Rolo de espuma 100% poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 6,17	R\$ 308,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
23	43	242432	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster Material Tubo: Plástico Comprimento: 5 CM Material Cabo: Plástico Resistente Características Adicionais: Com Cabo	Rolo de espuma 100% poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 5,37	R\$ 268,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
			Rolo Pintura Predial Material:	Rolo de espuma 100%							

27	44	250982	Espuma Sintética Comprimento: 15 CM Material Cabo: Plástico Resistente	poliéster densidade 30. Resistente a solventes minerais. Para tintas esmalte, verniz, acrílica e PVA	UD	50	R\$ 7,35	R\$ 367,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
14	45	229437	Rolo Pintura PredialMaterial: Lã De Carneiro Material Tubo: Plástico Aplicação: Superfície Lisa /Látex E Acrílica Comprimento: 23 CM Material Cabo: Plástico Resistente Características Adicionais: Não Aplicável	Rolo de pele de carneiro merino australiano com lã extralonga e densa de 25mm. Grande capacidade de retenção de tinta. Ideal para pinturas com tinta látex, acrílico, pva, óleo, esmalte em paredes rugosas ou texturizadas.	UD	60	R\$ 46,16	R\$ 2.769,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	60
33	46	260616	Selador Tipo: Acrílico Aspecto Físico: Líquido Método Aplicação: Rolo /Pincel/Trincha Ou Revólver Aplicação: Superfícies Porosas Reboco /Concreto /Fibrocimento	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	50	R\$ 139,50	R\$ 6.975,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
5	47	223133	Solvente Industrial Teor Máximo Enxofre: 0,30% Peso Ponto Fulgor: -12 °C Ponto Fusão: 110 ° C Teor Aromáticos: 3 PER Teor Alifáticos: 98 PER Volatilidade: 100 PER Solubilidade: Solvente Orgânico E Insolúvel Água Aplicação: Diluyente Tintas	Tipo thinner 3.500, validade devera ser de 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata com 5 litros)	40	R\$ 106,29	R\$ 4.251,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	40
13	48	227650	Solvente Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Tintas E Vernizes Base Alquida Teor Máximo Benzeno: 1 PER Teor Máximo Enxofre: 1 PER Ponto Fulgor: 38 °C Ponto Fusão: 216 ° C Teor Aromáticos: 5 A 7	Tipo aguarráz, validade devera ser de 2 anos a partir da data de entrega.	LT (900ML)	200	R\$ 22,57	R\$ 4.514,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	30	200

			PER Teor Alifáticos: 93 A 95 PER Viscosidade: 1,15 CST							
71	49	436421	Tesoura Funilaria Material Cabo: Emborrachado Tipo Corte: Reto Características Adicionais: Tipo Funileiro, Reforçada E Com Mola Retorno Tamanho: 12 POL Material Corpo: Aço Cromovanadio Material Lâmina: Aço Cromovanadio Tipo Acionamento: Alavanca / Manual	UD	5	R\$ 112,18	R\$ 560,90	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	2	5
56	50	355346	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Cromo Vanádio Material Cabo: Alumínio Revestimento Cabo: Plastificado Características Adicionais: Lâmina Intercambiável E Regulagem Lâmina Tipo Uso: Para Cerca Viva Aplicação: Jardinagem	UD	20	R\$ 57,14	R\$ 1.142,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
31	51	252759	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Sae 1.070 Material Cabo: Madeira Características Adicionais: Empunhadura De Borracha Comprimento Cabo: 43 CM Aplicação: Jardinagem	UD	20	R\$ 108,95	R\$ 2.179,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
25	52	248378	Tesoura Poda Material Lâmina: Chapa Galvanizada Características Adicionais: Com Guilhotina De Mola Comprimento: 20	UD	20	R\$ 45,16	R\$ 903,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20

			CM Formato: Bico De Gavião Comprimento Lâmina: 7 CM								
45	53	297492	Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branco Neve Aplicação: Pintura Predial Tipo Acabamento: Semi-Brilho Características Adicionais: Externa, Microbicida, Bactericida E Fungicida Não	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	50	R\$ 476,94	R\$ 23.847,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
57	54	356526	Tinta Acrílica Componentes: Água, Resina Acrílica, Pigmentos Orgânicos E Inor- Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branco Gelo Características Adicionais: Rendimento 275 M2 Por Demão /Latão	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	40	R\$ 352,11	R\$ 14.084,40	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	40
22	55	239586	Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica /Pigmentos Orgânicos E Inorgân Aspecto Físico: Líquido Viscoso Colorido Cor: Cinza Prazo Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	50	R\$ 274,20	R\$ 13.710,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	10	50
35	56	262467	Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica /Pigmentos Orgânicos E Inorgân Aspecto Físico: Líquido Viscoso Colorido Cor: Verde Prazo Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	5	R\$ 274,20	R\$ 1.371,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	2	5
			Tinta Acrílica Componentes: Água/Resina Acrílica	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação							

34	57	262306	/Pigmentos Orgânicos E Inorgânicos Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branca Prazo de Validade: 36 MÊS Aplicação: Pisos Em Geral	Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	5	R\$ 274,20	R\$ 1.371,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	2	5
17	58	232055	Tinta Base Água Composição Básica: Água E Emulsão Acrílica Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Interna E Externa Tipo Acabamento: Fosco Cor: Verde-Primavera Superfície Aplicação: Reboco Método Aplicação: Rolo / Pincel	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (18 LITROS)	40	R\$ 445,44	R\$ 17.817,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	40
24	59	244274	Tinta Base Água Composição Básica: Água E Pva Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Interna E Externa Tipo Acabamento: Fosco Cor: Azul Superfície Aplicação: Reboco Método Aplicação: Rolo / Pincel	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (lata 18 litros)	20	R\$ 334,63	R\$ 6.692,60	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
28	60	251912	Tinta Demarcação Sinalização Base: Resina Acrílica Tipo: Brilhante Cor: Branca Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Pintura De Asfalto E Sinalização De Rodovias	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	20	R\$ 182,90	R\$ 3.658,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
			Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Madeira Tipo Acabamento: Brilhante Cor:	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil,					PARTICIPAÇÃO		

11	61	226201	Branca Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Rolo /Pincel E Pistola Aplicação: Interna E Externa	Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 109,78	R\$ 2.744,50	EXCLUSIVA ME /EPP	5	25
20	62	233986	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal E Madeira Cor: Marrom Método Aplicação: Rolo E Pincel Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	7	R\$ 129,45	R\$ 906,15	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	3	7
18	63	233152	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal E Madeira Tipo Acabamento: Brilhante Cor: Platina Método Aplicação: Rolo /Pincel E Pistola Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 131,09	R\$ 3.277,25	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	25
43	64	292327	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal, Madeira E Alvenaria Tipo Acabamento: Sintético Cor: Preta Método Aplicação: Rolo /Pincel E Pistola	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	10	R\$ 97,00	R\$ 970,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	10
29	65	252400	Tinta Esmalte Superfície Aplicação: Metal Tipo Acabamento: Brilhante Cor: Cinza Médio Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Pistola Aplicação: Interna	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	25	R\$ 158,42	R\$ 3.960,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	25
			Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Alto Brilho Cor:								

21	66	234833	Vermelha Diluente Indicado: Aguarrás Método Aplicação: Rolo /Pincel E Pistola Aplicação: Superfícies Madeira E Metal /Interiores /Exteriores. Material: Tinta À Base De Resinas Alquídicas /Pigmentos Rendimento: 40 A 50 M2/Gl/Demão Prazo Armazenagem: 36 MÊS	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	10	R\$ 111,10	R\$ 1.111,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	10
67	67	399384	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Amarela Aplicação: Superfícies Madeira E Metal /Interiores /Exteriores. Material: Base Resina Alquídica Aspecto Físico: Líquido E Viscoso Normas Técnicas: Abnt Nbr 11.702	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	12	R\$ 151,25	R\$ 1.815,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	3	12
53	68	345336	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Sintético Cor: Azul Del Rey Aplicação: Superfícies Madeira E Metal /Interiores /Exteriores. Aspecto Físico: Líquido E Viscoso	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	12	R\$ 97,00	R\$ 1.164,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	3	12
52	69	331525	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Sintético Cor: Branco Gelo Aplicação: Interna E Externa	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade devera ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	GL (galão de 3,6 litros)	50	R\$ 97,00	R\$ 4.850,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	50
			Trincha Material Cabo: Madeira								

9	70	224218	Material Cerdas: Trincha Material Cabo: Pelo Orelha De Madeira Material Cerdas: Boi Tamanho: 1 POL Tipo Cabo: Cabo: Longo	UD	20	R\$ 13,20	R\$ 264,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
40	71	290548	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 2 1/2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	50	R\$ 10,21	R\$ 510,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	50
41	72	290550	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 2 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	30	R\$ 12,60	R\$ 378,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	30
42	73	290551	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 3 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	50	R\$ 11,89	R\$ 594,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	50
63	74	375660	Trincha Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi Tamanho: 4 POL Características Adicionais: Cerdas Duplas	UD	20	R\$ 15,21	R\$ 304,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	20
70	75	417310	Vassoura Jardinagem Tipo: Regulável Material Cerdas: Aço Sae 1070 Características Adicionais: Comprimento Cabo: 120 Cm /Cerdas Redondas Quantidade Lâminas: 22 UN	UD	100	R\$ 30,99	R\$ 3.099,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	20	100
			Verniz Acabamento:							



12	76	226324	Brilhante Cor: Castanha Características Adicionais: Filtro Solar/Proteção Sol E Chuva Aplicação: Interior E Exterior Método Aplicação: Rolo /Pincel E Pistola	ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Lata de 3,6 L.	LT (Lata 3,6 L)	30	R\$ 166,04	R\$ 4.981,20	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	30
6	77	223465	Zarcão Peso Específico: 1,30 A 1,35 G/ML Tempo Secagem: 24 H Método Aplicação: Rolo /Pincel E Revólver Tipo Secagem: Ar Prazo Validade: 3 ANOS Cor: Cinza	A tinta deverá ser de 1ª qualidade, linha Premium, na classificação da ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, (Ref.: Suvinil, Coral ou equivalente), conforme requisitos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Validade deverá ser de no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.	LT (Lata 3,6 L)	50	R\$ 119,55	R\$ 5.977,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	5	50
80	78	477466	Óleo Lubrificante Uso: Motores 2 Tempos Tipo: Mineral Classificação: Api Tc Viscosidade: Cst 100°C	Óleo Lubrificante 8017H Castrol Motores 2 tempos para Roçadeiras 500ml Stihl, recomendado para motores STIHL 2T, 2-Mix e 4-Mix de alto desempenho, tais como: motosserras, roçadeiras, sopradores, motopodas, pulverizadores e cortadores de disco, embalagens de 500ml.	EMB (Embalagem com 500ml)	160	R\$ 31,78	R\$ 5.084,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	80	160
46	79	298374	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela Altura: 40 MM Largura: 50 MM Características Adicionais: Nº 50 Altura Haste: 40 MM	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela Altura: 40 MM Largura: 50 MM Características Adicionais: Nº 50 Altura Haste: 40 MM	UD	200	R\$ 26,72	R\$ 5.344,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	100	200
77	80	471990	Chapa Aço Material: Aço Carbono Espessura: 18 / 1,26 MM Comprimento: 2 M Largura: 1,20 M	Chapa aço: Produto Lambril Ondulado Dimensões: 2000 x 1200 Tipo aço: Carbono Espessura: Chapa 18 # 1,20 mm Linha: Serralheria Largura: 1,00 M	UD	200	R\$ 236,36	R\$ 47.272,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	200
37	81	274819	Tubo Metalon Formato: Circular Espessura Chapa: 18 / 1,26 MM Seção: 2 POL Aplicação: Estruturas	Comprimento: 6M	UD (barra 6 metros)	300	R\$ 90,67	R\$ 27.201,00	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	300

			Metálicas Em Geral/Portas E Portões							
60	82	360617	Tubo Metalon Formato: Quadrangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 20 X 20 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Comprimento: 6 M	UD (barra 6 metros)	250	R\$ 43,07	R\$ 10.767,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	250
61	83	360619	Tubo Metalon Formato: Retangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 20 X 30 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Tipo Aço: Sae 1020 Comprimento: 6 M	UD (barra 6 metros)	250	R\$ 54,91	R\$ 13.727,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	250
47	84	300731	Tubo Metalon Formato: Retangular Espessura Chapa: 18 MM Seção: 50 X 30 MM Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões Tipo Aço: Sae 1020 Comprimento: 6 M	UD	250	R\$ 90,79	R\$ 22.697,50	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME /EPP	50	250
						Total	R\$ 535.045,40			

O valor estimado para a licitação poderá ser divulgado para conhecimento de todos os interessados não havendo justificativa para uso do caráter sigiloso do orçamento.

## METODOLOGIA UTILIZADA PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS

Na pesquisa de preços foi considerada a descrição complementar do item para verificar se tratar do mesmo objeto solicitado. Para alguns objetos não foram possíveis certificar todas as características, portanto, buscamos aqueles com características semelhantes ou de mesma natureza que permitissem apurar o valor estimativo do item. Foi observado o quantitativo equivalente ao que se pede neste processo.

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II e III do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Foi priorizada a coleta de dados pelos parâmetros prioritários I e II nos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública através das ferramentas pesquisa de preços do portal Compras Governamentais e no painel de preços, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Eventualmente, foi adotada a pesquisa complementar no banco de preços, ferramenta privada de uso amplo pelos órgãos públicos. As ferramentas citadas apresentam os preços praticados nas licitações feitas pela Administração Pública no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

Por se tratar de materiais com características específicas, fizemos, complementarmente, pesquisas com base no parâmetro III do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. Buscamos garantir maior realidade dos valores cotados apurando o valor atual de mercado, considerando o envio de quantitativo mínimo e em relação ao frete para nosso endereço. Busca-se, com isso, permitir uma competição justa aos interessados de todo o país e garantir maior confiabilidade dos orçamentos para formação do preço estimado. A pesquisa no parâmetro III compreendeu um intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso, bem como, a identificação do fornecedor.

Os preços coletados foram oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. As justificativas, previstas no inciso VI do art. 3º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram inseridas nos relatórios individuais de cada item, bem como, apresentadas nas planilhas de preços coletados e preços estimados juntadas neste processo.

O método para obtenção do preço estimado foi a MÉDIA dos valores obtidos na pesquisa de preços. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, exceto naqueles devidamente justificados nas planilhas de preços coletados e preços estimados juntadas neste processo.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que, verifiquem ser tecnicamente viável e economicamente mais vantajoso e, também, não houver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, dentre outras.

O parcelamento visa propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Porém, o cumprimento do princípio do parcelamento deve ser orientado, basicamente, em três fatos distintos:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Assim sendo, verifica-se aqui que, tecnicamente, o escopo contratual é divisível por se tratar de itens sem interdependência entre ele, não sendo considerado conjunto de itens ou com padronização que levem a indicação de marca ou fornecedor.

Pela característica dos itens e após o levantamento de mercado, não foi identificado a necessidade de recomendar a contratação dos itens de um mesmo fornecedor, portanto, para os itens deste pregão, o parcelamento é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Os itens devem ser licitados de forma autônoma, pelo o critério de julgamento de menor preço de item, com disputa e adjudicação independentes.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes a este processo de compra.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais, objeto deste estudo, está contemplada nos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029, qual seja:

Objetivos Estratégicos do Eixo Temático 6: Infraestrutura e Sustentabilidade

Objetivo IS1: Aprimorar as ações de sustentabilidade

Objetivo IS2: Promover a expansão de instalações físicas do sistema didático-científico, administrativo e comunitário e de estruturas urbanas

Objetivo IS3: Promover a manutenção, a adequação, a reforma e a revitalização de edificações do sistema didático-científico, administrativo e comunitário e de estruturas urbanas

Objetivo IS4: Aprimorar as ações de segurança patrimonial e comunitária

Objetivos Estratégicos do Eixo Temático 7: Gestão administrativa, financeira e econômica; TI

A despesa tem adequação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029 da Universidade Federal de Viçosa, sendo prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, sob o número de demanda (DFD) 63/2024 e 84/2024, aprovados sob o número de contratação 154052-23/2025. Os documentos DFD's e a aprovação encontram-se anexos, doc. nº 1647053 do processo administrativo.

A ação orçamentária que suporta a despesa decorrente da futura contratação é a 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A Natureza da Despesa para aquisição de materiais aqui demandados é a 339030 - Material de consumo.

A contratação também encontra-se alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável, destacando-se os seguintes objetivos:

- Promover uma gestão eficiente dos recursos, eliminando o desperdício e buscando uma melhoria contínua dos processos, com o intuito de garantir a qualidade do gasto público na Instituição.
- Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, incorporando critérios de sustentabilidade de ambiental nos editais de licitação para aquisição de bens, serviços e obras.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a presente contratação garantir o pleno funcionamento dos espaços físicos, com a manutenção das instalações nas devidas condições de utilização e manter a segurança da infraestrutura, garantir o uso dos recursos humanos e tecnológicos, bem como, manter o pleno funcionamento dos serviços de forma a apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal.

A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a limpeza dos parques e jardins, a produção e proteção dos cultivos garantem, portanto, a plena utilização das instalações prediais, a segurança do público usuário, propiciam o desenvolvimento das atividades principais da universidade e uma maior comodidade aos discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e visitantes, bem como, a conservação do patrimônio público da Universidade Federal de Viçosa.

Também podemos elencar entre os benefícios diretos e indiretos que a Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal almeja com esta aquisição, a busca por adquirir de forma mais vantajosa para a instituição materiais que supram a necessidade institucional atendendo os requisitos ambientais, econômico-financeiros, evitando aquisições fracionadas ou por meio de dispensa de licitação e evitando assim desperdício ao erário.

## 14. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de capacitação para uso dos produtos, pois o corpo técnico do setor se encontra apto a manusear tais produtos.

Não há necessidade de adequação do ambiente para que a contratação surta efeito, tendo em vista que as instalações necessárias já estão presentes, inclusive, para armazenamento dos produtos.

Existem profissionais qualificados para analisar e receber os materiais solicitados de forma a verificar se todas as especificações técnicas e exigências foram cumpridas.

A fim de mitigar riscos no manuseio de eventuais produtos deste processo, apontamos que a utilização do insumo que podem causar risco deve ser realizada em ambiente específico para tal, com a conscientização dos trabalhadores com relação à utilização dos EPI's e EPC's.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Com relação aos eventuais impactos ambientais, podemos listar, no tocante ao recebimento e uso dos itens, a geração de resíduos sólidos através do descarte de embalagens secundárias e terciárias, por ocasião do recebimento.

Tais impactos deverão ser minimizados com instrução aos usuários quanto ao correto uso dos produtos e através do descarte adequado de resíduos, de acordo com a legislação e normas técnicas aplicáveis.

A utilização do herbicida Glifosato, adquirido neste processo, deverá ser realizado em locais adequados, por mão de obra capacitada e sob supervisão de profissional habilitado. Caso isso não ocorra, existe o risco iminente da contaminação dos trabalhadores que estão manuseando o produto, risco de acidentes de trabalho, assim como a contaminação dos leitos dos córregos /rios, lençóis freáticos, mananciais, alteração química do solo, perda da qualidade do ar, geração de resíduos sólidos e líquidos, causando distúrbios na população aquática, como eutrofização (aumento da população de algas e plantas).

O mesmo pode ocorrer, quanto ao descarte e armazenamento inadequado desses insumos. A fim de mitigar estes riscos apontamos que tal utilização do insumo deve ser realizada em ambiente específico para tal com a conscientização dos trabalhadores com relação à utilização dos EPI's e EPC's.

### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

A CONTRATADA, no desempenho de suas atribuições, deverá observar, no que for pertinente, as recomendações atinentes à conservação ambiental nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010. Nesta mesma Instrução Normativa temos seu artigo 5º e 6º a saber:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### Art.6º

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto no 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999.

Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

Considera-se agrotóxico, de acordo com o artigo 1º, inciso IV do Decreto nº 4.074/2002, “produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento”.

A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação correlata e normatização correlatas.

Os empregados destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde.

A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio-ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

As empresas devem priorizar produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

Não é necessário a solicitação de amostras ou prova de conceito para os itens demandados, pois pelas características dos materiais existe um padrão de produção e qualidade.

Os materiais a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20, da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 10.818/2021, de 27 de setembro de 2021, por possuírem qualidade comum, não superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Não deverá haver indicação ou vedação de marcas. As indicações de referência de marca constantes nas especificações complementares de cada item, quando houver, buscam apenas auxiliar os fornecedores quanto às características e qualidade desejadas, visando garantir a aquisição de produtos com a melhor qualidade possível, uma vez que existem diversos fabricantes que produzem os itens com especificações padronizadas.

Para a licitação pretendida, consideramos que pela característica dos itens a serem adquiridos, que se tratar de aquisição de objeto comum, simples de serem adquiridos no mercado e o risco relativo a não entrega do objeto, apesar de sua essencialidade para a instituição, não acarreta danos irreparáveis, não há a necessidade de se exigir garantias de contratação. As obrigações dos contratados já serão vinculadas no momento da formalização das propostas e o pagamento ao fornecedor se dá após o recebimento e ateste da entrega, ficando os fornecedores responsáveis e sujeitos às aplicações de todas as sanções aplicáveis, estabelecidas em lei.

As garantias mínimas necessárias dos bens objeto da contratação comporão as descrições dos itens. Será considerado como mínimo o prazo de garantia dos itens de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Para itens considerados permanentes (bens de consumo duráveis) a garantia deverá ser de no mínimo 12 meses.

Pelas características dos itens licitados não será necessário a permissão de subcontratações.

Considerando as características dos bens a serem adquiridos, bem como o levantamento que considerou o uso do procedimento de registro de preços como melhor solução, será permitida a adesão à ata de registro de preços, conforme previsto no Decreto 11462/2023, desde que sejam atendidas pelo órgão não participante as condições previstas neste decreto e na Lei 14133/2021.

Os itens objeto desta licitação não estão na lista de produtos contemplados com a margem de preferência. Lista elaborada pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, nos termos do Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

## 16. Análise de Riscos

Análise de riscos está inserida no processo no documento Matriz de Gerenciamento de Riscos digital 18/2025, doc. 1647064.

## 17. Declarações

Os responsáveis pela elaboração do Planejamento/ Comissão de planejamento declaram:

- A elaboração deste documento Estudo Técnico Preliminar - ETP seguiu as orientações contidas no art. 18, I, e § 1º da Lei nº 14.133/2021 e na INSEGES nº 58, de 2022.
- A elaboração dos documentos que compõe este processo seguiram as instruções da IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, os Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, bem como, do Parecer Parametrizado para Contratações Públicas da AGU e de acordo com orientação da Procuradoria Jurídica.

- A elaboração do documento mapa de riscos se encontra em acordo com o com o modelo disponível no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação.
- Os documentos constantes neste processo e que compõe os artefatos digitais, disponíveis no sistema Comprasnet, foram elaborados a partir dos modelos disponíveis neste sistema.

## 18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 18.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto pretendido tem natureza comum e uma considerável diversidade de marcas e fornecedores disponíveis no mercado, o que resulta em uma possibilidade de ampla concorrência.

O uso do pregão eletrônico traz a possibilidade de oferta de lances mais baixos, pois permite disputa entre os fornecedores e estes podem oferecer a melhor proposta de preços baseada nos quantitativos mínimos de fornecimento o que garantiria uma vantajosidade econômica na contratação.

A solicitação dos materiais de acordo com a demanda permite a redução de custos com as aquisições e de manutenção de estoques, pois a compra ocorre somente do quantitativo que realmente é necessário, bem como, possibilita a pronta aquisição de itens em demandas futuras. Evita-se, com isso, prejuízos à instituição, permite-se a uma melhor adequação orçamentária e a redução do impacto financeiro para a Universidade.

O Sistema de Registro de Preços - SRP - pode ser adotado quando a Administração julga pertinente, em especial, quando compatíveis aos motivos apontados no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:

- pelas características do objeto existe a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- estão previstas entregas parceladas;
- pela natureza do objeto não é possível prever a quantidade a ser demandada.

Neste contexto, com o uso do procedimento de registro de preços na modalidade pregão eletrônico mitiga-se o risco da contratação não se efetivar por situações como; licitação deserta ou indeferimento da demanda por restrição orçamentária.

Considerando-se todas as discussões realizadas para esta nova aquisição e este estudo técnico preliminar, declara-se que a contratação é viável e necessária para o atendimento às atividades da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal.

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO JOSE SILVEIRA DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/07/2025 às 08:54:15.



**ROGERIO DUARTE TORRES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 07:32:16.*

## ANEXO II

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90077/2025</b>
<b>Data de abertura:</b>
<b>Nome da empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone / Celular:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Dados Bancários:</b>
<b>Validade da proposta:</b>
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato / ARP)</b>
<b>Certificação digital:</b> O representante legal da empresa que assinará o contrato / ARP possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não

PLANILHA DE CUSTOS					
Item	Descrição	Qtde	Valor unitário	Unidade	Valor total
1	(Descrever conforme edital)			UD	
TOTAL					R\$

#### Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, seguindo a numeração constante no edital.

**O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.**

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

**A proposta de preços deverá estar em papel timbrado da empresa, datada e assinada.**

\_\_\_\_\_

**Representante Legal**

### ANEXO III

#### **Cadastro no sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da Universidade Federal de Viçosa**

1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para realização de cadastro e/ ou assinatura da Ata de Registro de Preços correspondente.
2. Deverá ser realizado o cadastro da CONTRATADA, como usuário externo no SEI – Sistema Eletrônico de Informações para que possa assinar a Ata de Registro de Preços (ARP).
3. O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade é o documento utilizado para cadastro de usuário externo para realizar assinatura de documentos como Ata de registro de preço e Contrato, não sendo este termo um documento de habilitação para o Pregão.
4. Para liberação do cadastro como Usuário Externo, o usuário deverá acessar o link <https://www.sei.ufv.br/usuario-externo/> e preencher todos os campos do formulário apresentado na tela Cadastro de Usuário Externo (dados cadastrais e de autenticação) e preencher o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, modelo no item 8, que deverá ser encaminhado como arquivo em pdf para o e-mail [sermat@ufv.br](mailto:sermat@ufv.br).
5. O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade deverá ser preenchido pelo (a) responsável legal da empresa que consta no SICAF. Será feita a conferência da documentação da empresa e do representante a partir dos dados parametrizados do Sicafe.
6. Caso a empresa já possua cadastro no SEI da UFV, será necessário o envio da documentação apenas em caso de alteração contratual que mude o responsável legal pela assinatura de documentos
7. A licitante receberá um aviso da disponibilização dos documentos para assinatura no e-mail cadastrado no Termo de Declaração de Concordância e Veracidade.
8. Modelo do termo de declaração:

#### **TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES**

<b>Nome completo e sem abreviaturas</b>			
<b>Nº documento de identidade</b>		<b>Nº de CPF</b>	
<b>E-mail de uso pessoal</b>		<b>Telefone (s) com DDD</b>	
<b>Unidade de Realização Pregão</b>	<b>Universidade Federal de Viçosa</b>		<b>Campus Florestal</b>

DECLARO QUE SÃO DE MINHA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE:

I - o sigilo da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, não sendo cabível, em hipótese alguma, a alegação de uso indevido;

II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do último dia do prazo, considerando sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

\*A realização do cadastro como usuário externo no SEI da Universidade Federal de Viçosa e a entrega deste documento implicará na aceitação de todos os termos e condições que regem o

processo eletrônico, conforme previsto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Cidade, dia, mês, ano.

Assinatura Cargo



## Universidade Federal de Viçosa – UFV – Campus Florestal

Processo Administrativo nº 23114.908353/2025-34

Ata de Registro de Preços nº XX/2025

A *Universidade Federal de Viçosa – UFV – Campus Florestal*, com sede no(a) *Rodovia LMG 818, km 06, Bairro Campus Universitário, CEP 35.690-000*, na cidade de *Florestal-MG*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *25.944.455/0003-58*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]*, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 90077/2025., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 23114.908353/2025-34, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação OU [Aviso de Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ~~contratação~~ de **aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal**. especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *edital de licitação OU [aviso de contratação direta]* n.º 90077/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a [Universidade Federal de Viçosa – UFV – Campus Florestal \(UASG 154052\)](#).

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

**OU**

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos-Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

### ~~4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)~~

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

**OU**

4.2. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.2.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.2.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.2.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.3. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.3.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.4. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.5. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.6. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

**Dos limites para as adesões**

- 4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
- 4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*
- 5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ~~OU [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Pregão 90077/2025

- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no ~~edital~~ ~~OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;
  - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
    - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
    - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
  - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no ~~edital~~ ~~OU [aviso de contratação direta]~~; e
  - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes



remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do ~~edital~~ ~~OU [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
  - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no ~~edital OU [aviso de contratação direta]~~.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao ~~edital OU [aviso de contratação direta]~~.
- 11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Pregão 90077/2025

Anexo xxx

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV - CAMPUS FLORESTAL**

(Processo Administrativo nº 23114.908353/2025-34)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO Da Universidade  
Federal de Viçosa – UFV – Campus Florestal E

.....

A União por intermédio do(a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA** com sede na Avenida PH Rolfs, s/ nº, Campus Universitário, na cidade de Viçosa-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23114.908353/2025-34 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais de serralheria, pintura, carpintaria e insumos de jardim para atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação ~~OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação da contratação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**OU**

~~2.2. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**OU**

~~2.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo – máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~, perfazendo o valor total de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~.~~

OU

- 5.2. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 8.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica,

cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta;~~
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- ~~9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;~~
- ~~9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;~~
- ~~9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;~~
- ~~9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- ~~9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- ~~9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;~~

#### CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**OU**

- ~~10.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

**OU**

~~12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~12.3.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

OU

~~12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Das indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
  - I) Gestão/unidade: [...];
  - II) Fonte de recursos: [...];
  - III) Programa de trabalho: [...];
  - IV) Elemento de despesa: [...]; e
  - V) Plano interno: [...]; e
  - VI) Nota de empenho: [...];
- 14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Viçosa**, Seção Judiciária de **Viçosa** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano].**

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**